Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Câmara Legislativa aprova mudanças nas regras da reeleição

Tiago Hardman / Agência CLDF



A Câmara Legislativa aprovou ontem em segundo turno a Proposta de Emenda à Lei Orgânica (Pelo) 22/2026, que muda as regras para a sucessão da Mesa Diretora da Casa. A medida, que teve 15 votos favoráveis e um contrário, altera a Constituição do Distrito Federal, para permitir a reeleição de integrantes da Mesa Diretora na mudança das legislaturas. Após a promulgação da norma, o que deverá acontecer nos próximos dias, a medida valerá para 2027.

Três mandatos

A alteração na Lei Orgânica possibilita a reeleição da Mesa Diretora do segundo biênio de cada legislatura, porém veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, como é hoje. Na prática, significa que os atuais membros da Mesa, como o presidente, Welington Luiz (MDB), poderão disputar uma segunda reeleição, o que é vedado pela Constituição, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

Thiago Hardman / Agência CLDF



Tiago Hardman / Agência CLDF



15 x 1

No primeiro turno, a Pelo da reeleição recebeu 17 votos favoráveis e seis contrários. Agora, 15 distritais aprovaram a medida e apenas Rogério Morro da Cruz (PSD), na foto, votou "não". Os deputados Doutora Jane (Republicanos) e Jorge Vianna (Democrata), que haviam votado a favor, não participaram da votação.

Placar

Entre os 15 deputados que votaram a favor da Pelo que muda as regras da reeleição da Mesa da Câmara, 11 estarão na próxima legislatura. Significa que a batalha pela reeleição de Wellington Luiz não está ganha.

Batalha difícil

No Executivo, há uma avaliação jurídica de que a nova reeleição de Wellington Luiz pode render discussões jurídicas e será uma batalha difícil se houver questionamentos.

Divulgação/TRE-DF



Novo desembargador do TRE-DF toma posse

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) realizou, ontem, sessão solene da posse do desembargador eleitoral Leonardo Campos Soares da Fonseca, que assumiu o cargo de membro titular da Corte, na classe dos juristas. Como a posse administrativa ocorreu durante o período das eleições, marcado pela intensificação das atividades da Justiça Eleitoral, o Tribunal optou, à época, por uma cerimônia mais restrita, deixando a celebração solene para momento posterior. O evento reuniu autoridades dos Três Poderes, integrantes da magistratura, representantes de instituições públicas, familiares e convidados do desembargador — nomeado pelo presidente Lula — que é filho do ministro Reynaldo Soares da Fonseca, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Mesa prestigiada

Além dos membros do TRE-DF, compuseram a mesa de honra o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nunes Marques; a governadora do Distrito Federal, Celina Leão; o ministro do STJ e pai do empossado, Reynaldo Soares da Fonseca; o advogado-geral da União substituto, Flávio José Roman; o subprocurador-geral da República, Nicolao Dino; e o diretor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Délio Lins e Silva Júnior, que representou o presidente da entidade, Beto Simonetti.

Rayssa Furlan elogia acolhimento a famílias atípicas no DF e quer levar modelo ao Amapá

Divulgação



A senadora eleita Rayssa Furlan (Podemos-AP) conheceu de perto o trabalho da Casa da Mãe Atípica e do Centro de Referência em Transtorno do Espectro Autista (Cretea), em Brasília, e saiu da visita com boas referências para o Amapá. A estrutura de atendimento às crianças e o cuidado dedicado às mães e cuidadoras reforçaram seu interesse em levar iniciativas semelhantes ao estado. "Eu vim aqui conhecer de perto a Casa da Mãe Atípica, aprender com toda essa experiência que eles tiveram. Nós estaremos em breve levando a Casa da Mãe Atípica para o nosso estado", afirmou.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Homenagem

Em homenagem aos 65 anos da Associação Recreativa Cultural Unidos do Cruzeiro (Aruc), a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) realiza sessão solene na sede da instituição, hoje, a partir das 19h. A iniciativa é do deputado distrital Ricardo Vale (PT).

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»Ponto a ponto | **JOSÉ EDUARDO SABO PAES** | PROCURADOR DISTRITAL

"Posse presidencial será segura"

Ao ***Correio*** *Entrevista*, representante do MPDFT falou sobre a organização do evento, para o qual são esperadas 500 mil pessoas

» MANUELA SÁ*

O procurador distrital dos Direitos do Cidadão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), José Eduardo Sabo Paes, avalia que a posse presidencial, para a qual são esperadas 500 mil pessoas, será tranquila e não há risco de atos de vandalismo no período, como os ocorridos em 8 de janeiro de 2023. A posse será em 5 de janeiro e Sabo fez a observação no Correio Entrevista, após participar da primeira reunião entre órgãos locais e federais para tratar dos preparativos do evento. Às jornalistas Ana Maria Campos e Adriana Bernardes, ele também comentou sobre o termo de ajustamento de conduta com o Detran-DF para a revisão de tarifas e taxas cobradas dos usuários. Confira os principais trechos.

Posse presidencial

O procurador participou ontem da primeira reunião para tratar dos preparativos para a posse presidencial de 2027, em 5 de janeiro. Participaram representantes de órgãos locais e federais, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, o Comando de Área do Exército e a Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), anfitriã do encontro. "Nessa primeira reunião, foram colocados aspectos com relação à magnitude desse evento", comentou. "A posse sempre é muito festiva, muito concorrida, não só pelos brasileiros, como pelos chefes de Estado, delegações estrangeiras.

Sabo projetou a presença de mais de 500 mil pessoas no dia. Em relação à possibilidade de haver episódios como os atos de vandalismo de 8 de janeiro de 2023, Sabo disse que está tranquilo quanto a isso e acredita que tudo correrá bem. "Como procurador do Cidadão e em razão da minha participação, integração e interligação com as diversas agências, acredito que, como o trabalho tem sido feito e muito bem feito, inclusive com agências de inteligência, nós não teremos esse risco em qualquer espécie de manifestação", afirmou. "Isso vai ser acompanhado, vai ser controlado, vai ser identificado, como foi e tem sido feito em todos os grandes eventos, inclusive, com instrumentos diversos, como drones e outros acompanhamentos de redes", completou.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Detran

A Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) assinou com o Detran um termo de ajustamento de conduta para revisão de tarifas e taxas, sinalização e aplicação de multas, melhoria da mobilidade urbana e qualidade dos serviços prestados ao cidadão. De acordo com Sabo, há três anos, a procuradoria questiona os valores cobrados pelos serviços oferecidos pelo Detran, como a taxa de expedição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), cujo custo não foi quantificado pelo órgão. A partir dessa colaboração, espera-se uma redução de custos dos serviços prestados.

A PDDC também pretende atuar para dar mais transparência às informações do Detran. Sabo conversou com representantes do órgão para que seja aberto um novo canal de atendimento ao público mais direto e eficaz. Também será feita uma capacitação dos funcionários, dos colaboradores e dos terceirizados. "Hoje, as pessoas têm dificuldade para conseguir uma resposta", relatou.

Creche

Sobre a dificuldade que muitos pais relatam em encontrar vaga em creche, apesar de, em números gerais, haver colocação para todos, ele disse que é preciso avaliar. "O desafio é identificar exatamente onde está a maior necessidade, onde há a maior procura para fazer essa adequação da oferta e da demanda", falou. "Ainda não há condição para que sejam criadas novas vagas. Hoje, o problema é que aquela vaga seja adequada para aquela pessoa, para aquela mãe solo, para aquela família e para a colocação da criança".

Iluminação

O procurador falou sobre as tratativas nos últimos anos com a Companhia Energética de Brasília (CEB), responsável pelas áreas públicas, e com a Neoenergia, que cuida de condomínios e residências, para que as duas empresas entendessem qual é a obrigação de cada uma. "Essa divisão de obrigações é importante porque a Neoenergia passou a fazer o que era de obrigação da CEB. Então, essas obrigações tiveram que ser repassadas e a Neoenergia teve que se capitalizar para melhorar o que antes não era feito. Ela estava com diversas dificuldades", explicou. Um desafio a ser superado é o furto de cabos. Entre outras medidas, tem sido feito um trabalho com a SSP-DF, Polícia Militar e Polícia Civil para estabelecer protocolos de modo a identificar a cadeia de infratores.

***Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso**